



Clínica Santa Bárbara

Política de Privacidade

Índice

Geral	1
Introdução.....	1
O que são dados pessoais?	1
Outras definições importantes	2
Quem é o responsável pelo tratamento dos seus dados pessoais?	4
Que dados pessoais recolhemos e através de que meios?	4
Categorias de dados trabalhados, meios e momentos de recolha	5
Categorias especiais de dados pessoais	5
Quais as finalidades da recolha dos seus dados pessoais?	6
Com que fundamento tratamos os seus dados pessoais?	7
Quais as medidas técnicas e organizativas implementadas pela CSB	8
Que profissionais têm acesso aos seus dados?	9
Utilizadores das plataformas da CSB	9
Qual o período de conservação dos seus dados pessoais?	10
Em que circunstâncias existe comunicação de dados a outras entidades?	10
Os seus dados são objeto de transferências internacionais?	11
Direitos dos titulares dos dados	11
Direito à informação	11
Direito de acesso aos dados pessoais	11
Direito de retificação dos dados pessoais	12
Direito ao apagamento dos dados pessoais (direito a ser esquecido)	12
Direito à limitação do tratamento dos dados pessoais	12
Direito de portabilidade dos dados pessoais	13
Direito de oposição ao tratamento.....	13
Procedimentos com vista ao exercício dos direitos pelo titular	13
Violação de dados pessoais.....	14
Reclamações.....	14
Final	14
Contacte-nos	14
Como pode ficar a conhecer qualquer alteração à nossa política de privacidade?.....	14

Geral

Introdução

A CSB – Clínica Santa Bárbara, necessita de recolher e tratar dados pessoais dos seus clientes no âmbito da prestação de serviços.

De facto, no contexto da prestação de cuidados ou tratamentos de saúde, incluindo de medicina preventiva, de diagnóstico médico e de gestão dos serviços de saúde, o tratamento de dados pessoais dos clientes é indispensável.

Por outro lado, a interação cada vez mais frequente com os utilizadores dos nossos websites, aplicações e serviços digitais, também requer, nalguns casos, a recolha de informações pessoais do utilizador por forma a usufruir de serviços prestados pela CSB.

A CSB está empenhada em proteger a segurança e privacidade dos seus Clientes. Neste contexto, elaborou a presente Política de Privacidade, com a finalidade de afirmar o seu compromisso e respeito para com as regras de privacidade e de proteção de dados pessoais.

Pretendemos que os nossos Clientes conheçam as regras gerais de privacidade e os termos de tratamento dos dados que recolhemos, no estrito respeito e cumprimento da legislação aplicável neste âmbito, nomeadamente do Regulamento (UE) 2016/679 do Parlamento Europeu e do Conselho, de 27 de abril de 2016 (“Regulamento Geral sobre a Proteção de Dados” ou “RGPD”).

A CSB procura respeitar as melhores práticas em matéria de segurança e proteção de dados pessoais, promovendo ações e melhorando sistemas de forma a acautelar a proteção dos dados que lhe são disponibilizados pelos seus Clientes.

A utilização e navegação nas Plataformas da CSB, o preenchimento dos formulários de recolha e o fornecimento de dados direta ou indiretamente, implicam o conhecimento das condições desta Política, e de quaisquer outros termos, Políticas e condições específicas referentes aos serviços prestados.

Para determinadas finalidades, a CSB apenas poderá tratar os dados pessoais dos seus Clientes se obtiver o seu consentimento prévio e expresso.

Tal será o caso do tratamento para o efeito do envio de comunicações informativas e de marketing que sejam considerados relevantes para a promoção da sua saúde e para a prestação de um serviço de saúde de excelência, através dos diferentes canais de comunicação, quer físicos quer digitais, nomeadamente carta, SMS ou email.

O que são dados pessoais?

Entende-se por dados pessoais qualquer informação, de qualquer natureza e independentemente do respetivo suporte, incluindo som e imagem, relativa a uma pessoa singular identificada ou identificável (titular dos dados).

É considerada identificável a pessoa que possa ser identificada direta ou indiretamente, designadamente por referência a um número de identificação ou a mais elementos específicos da sua identidade física, fisiológica, psíquica, económica, cultural ou social.

Os dados pessoais poderão ter uma natureza mais sensível em determinadas situações, classificando-os o RGPD como “categorias especiais de dados”.

Estes podem versar sobre a origem racial ou étnica do seu titular, as suas opiniões Políticas, as suas convicções religiosas ou filosóficas, informação genética, identificadores biométricos, vida sexual, orientação sexual ou sobre a sua saúde.

São “dados relativos à saúde” dados pessoais relacionados com a saúde física ou mental de uma pessoa singular, incluindo a prestação de serviços de saúde, que revelem informações sobre o seu estado de saúde passado, presente ou futuro.

Tal inclui, p.ex., (i) qualquer número, símbolo ou sinal particular atribuído a uma pessoa singular para a identificar de forma inequívoca para fins de cuidados de saúde; as informações obtidas a partir de análises ou exames de uma parte do corpo ou de uma substância corporal, incluindo a partir de dados genéticos e amostras biológicas; (ii) quaisquer informações sobre, por exemplo, uma doença, deficiência, um risco de doença, historial clínico, tratamento clínico ou estado fisiológico ou biomédico do titular de dados, independentemente da sua fonte, por exemplo, um médico ou outro profissional de saúde, um hospital, um dispositivo médico ou um teste de diagnóstico *in vitro*.

Outras definições importantes

Tratamento – operação ou conjunto de operações efetuadas sobre dados pessoais ou sobre conjuntos de dados pessoais, por meios automatizados ou não automatizados, tais como a recolha, o registo, a organização, a estruturação, a conservação, a adaptação ou alteração, a recuperação, a consulta, a utilização, a divulgação por transmissão, difusão ou qualquer outra forma de disponibilização, a comparação ou interconexão, a limitação, o apagamento ou a destruição;

Titular dos dados – pessoa singular identificada ou identificável a quem os dados pessoais dizem respeito;

Responsável pelo tratamento – pessoa singular ou coletiva, autoridade pública, agência ou outro organismo que, individualmente ou em conjunto com outras, determina as finalidades e os meios de tratamento de dados pessoais; sempre que as finalidades e os meios desse tratamento sejam determinados pelo direito da União ou de um Estado-Membro, o responsável pelo tratamento ou os critérios específicos aplicáveis à sua nomeação podem ser previstos pelo direito da União ou de um Estado-Membro;

Subcontratante – pessoa singular ou coletiva, autoridade pública, agência ou outro organismo que trate os dados pessoais por conta do responsável pelo tratamento destes;

Terceiro – pessoa singular ou coletiva, autoridade pública, serviço ou organismo que não seja o titular dos dados, o responsável pelo tratamento, o subcontratante e as pessoas que, sob a autoridade direta do responsável pelo tratamento ou do subcontratante, estão autorizadas a tratar os dados pessoais;

Encarregado da proteção de dados (“DPO” - *data protection officer*) – pessoa ou entidade nomeada para garantir, numa organização, a conformidade do tratamento de dados pessoais com o RGPD, assegurando a comunicação eficiente com os titulares dos dados e a cooperação com as autoridades de controlo em causa, fazendo ainda a ponte com as unidades de negócio dentro da organização. O DPO não recebe instruções relativamente ao exercício das suas funções, respondendo diretamente aos órgãos de direção da entidade que o nomeou (responsável pelo tratamento ou do subcontratante); A CSB não designou um encarregado da proteção de dados, sendo o Dir. Clínico a pessoa responsável.

Consentimento do titular dos dados – manifestação de vontade, livre, específica, informada e explícita, pela qual o titular dos dados aceita, mediante declaração ou ato positivo inequívoco, que os dados pessoais que lhe dizem respeito sejam objeto de tratamento;

Definição de perfis – qualquer forma de tratamento automatizado de dados pessoais que consista na utilização desses dados pessoais para, nomeadamente, incluir uma pessoa singular em determinada categoria, respeitante ao seu desempenho profissional, à sua situação económica, saúde, preferências pessoais, interesses, fiabilidade, comportamento, localização ou deslocações;

Violação de dados pessoais – violação da segurança que provoque, de modo acidental ou ilícito, a destruição, a perda, a alteração, a divulgação ou o acesso, não autorizados, a dados pessoais transmitidos, conservados ou sujeitos a qualquer outro tipo de tratamento;

Privacidade desde a conceção (*privacy by design*) – significa levar o risco de privacidade em conta em todo o processo de conceção de um novo produto ou serviço, em vez de considerar as questões de privacidade apenas posteriormente. Tal significa avaliar cuidadosamente e implementar medidas e procedimentos técnicos e organizacionais adequados desde o início para garantir que o tratamento está em conformidade com o RGPD e protege os direitos dos titulares dos dados em causa;

Privacidade por defeito (*privacy by default*) – significa assegurar que são colocados em prática, dentro de uma organização, mecanismos para garantir que, por defeito, apenas a quantidade necessária de dados pessoais é recolhida, utilizada e conservada para cada tarefa, tanto em termos da quantidade de dados recolhidos, como do tempo pelo qual eles são mantidos;

Pseudonimização – o tratamento de dados pessoais de forma que deixem de poder ser atribuídos a um titular de dados específico sem recorrer a informações suplementares, desde que essas informações suplementares sejam mantidas separadamente e sujeitas a medidas técnicas e organizativas para assegurar que os dados pessoais não possam ser atribuídos a uma pessoa singular identificada ou identificável;

Anonimização – técnica que resulta do tratamento de dados pessoais a fim de lhes retirar elementos suficientes para que deixe de ser possível identificar o titular dos dados, de forma irreversível. Mais precisamente, os dados têm de ser tratados para que já não possam ser utilizados para identificar uma pessoa singular utilizando «o conjunto dos meios suscetíveis de serem razoavelmente utilizados», seja pelo responsável pelo tratamento, seja por terceiros. As principais técnicas de anonimização de dados pessoais são a aleatorização e a generalização;

Avaliação de impacto sobre a proteção de dados (“DPIA” - *data protection impact assessment*) – processo concebido para avaliar a necessidade e proporcionalidade do tratamento de dados pessoais, permitindo a gestão dos riscos decorrentes desse tratamento para os direitos e liberdades das pessoas singulares. O DPIA é obrigatório em determinados casos (ex.: avaliação sistemática e completa de pessoas singulares, incluindo a definição de perfis, ou tratamento em larga escala de categorias especiais de dados) e deve ser feito antes de se iniciar o tratamento;

Autoridade de controlo – uma autoridade pública independente criada por um Estado-Membro, com a responsabilidade pela fiscalização da aplicação do RGPD, a fim de defender os direitos e liberdades fundamentais das pessoas singulares relativamente ao tratamento e facilitar a livre circulação dos dados na União. Em Portugal, a autoridade de controlo será a Comissão Nacional de Proteção de Dados (“CNPD”);

Transferências internacionais de dados – transferências de dados pessoais que sejam ou venham a ser objeto de tratamento após transferência para um país terceiro (não localizado na União Europeia) ou para uma organização internacional, podendo a transferência ocorrer entre dois ou mais responsáveis pelo tratamento ou entre responsáveis pelo tratamento e subcontratantes;

Serviços da sociedade da informação – Qualquer serviço prestado normalmente mediante remuneração, à distância, por via eletrónica e mediante pedido individual de um destinatário de serviços.

Para efeitos da referida definição, entende-se por:

1. “à distância”: um serviço prestado sem que as partes estejam simultaneamente presentes;
2. “por via eletrónica”: um serviço enviado desde a origem e recebido no destino através de instrumentos eletrónicos de processamento (incluindo a compressão digital) e de armazenamento de dados, que é inteiramente transmitido, encaminhado e recebido por cabo, rádio, meios óticos ou outros meios eletromagnéticos;
3. “mediante pedido individual de um destinatário de serviços”: um serviço fornecido por transmissão de dados mediante pedido individual.

Quem é o responsável pelo tratamento dos seus dados pessoais?

A presente Política de Privacidade visa dar a conhecer aos Clientes os termos de tratamento de dados pessoais levados a cabo pela CSB, em particular o tratamento dos mesmos

Na medida em que somos os que lhe prestam serviços, determinando as finalidades e meios de tratamento dos seus dados no contexto dessa prestação, deveremos ser considerados como a entidade Responsável pelo Tratamento, nos termos do RGPD.

Assim, quando for atendido na CSB, a entidade Responsável pelo Tratamento dos dados necessários à prestação dos serviços de saúde (p.ex., para efeitos de medicina preventiva, diagnóstico médico, gestão administrativa das fichas clínicas, marcações de consultas e exames, admissão e entrega de exames, prescrição eletrónica de medicamentos e de exames complementares de diagnóstico) será a CSB que se responsabilizará pelo tratamento dos seus dados pessoais necessários para a prestação desses serviços de saúde.

No âmbito de algumas especialidades clínicas, a CSB poderá tratar os seus dados conjuntamente com outras entidades, enquanto corresponsáveis pelo tratamento, como sucede no caso da realização de próteses dentárias.

A CSB será responsável no que toca ao tratamento de dados necessário para a faturação de serviços, para estabelecer contactos com os Clientes no contexto da prestação de serviços (p.ex., na resposta a reclamações, pedidos de esclarecimento, sugestões e agradecimentos, inquéritos de qualidade e satisfação. Os Clientes poderão exercer junto da CSB os seus direitos à luz do RGPD, através do endereço de correio eletrónico dpo@clnicasantabarbara.pt ou de carta endereçada ao Dir. clínico da Clínica Santa Bárbara.

Relativo ao tratamento de dados de Clientes da CSB para finalidades ligadas ao marketing de produtos e serviços – como a análise de tendências de consumo, definição de novos serviços/produtos e envio de comunicações de marketing direto, através dos diferentes canais de comunicação, quer físicos quer digitais –, para efeitos de melhoria dos nossos serviços e cumprimento dos nossos objetivos administrativos e comerciais, de auditoria interna e conformidade dos sistemas e processos da CSB, a entidade Responsável pelo Tratamento será, apenas, a CSB. Este poderá ser contactado, também relativamente a estes tratamentos de dados, através do email dpo@clnicasantabarbara.pt ou de carta endereçada ao Dir. Clínico da Clínica Santa Bárbara.

Que dados pessoais recolhemos e através de que meios?

A CSB recolhe e trata os dados pessoais necessários para a prestação de cuidados de saúde integrados, incluindo para a gestão dos sistemas e serviços da unidade de saúde CSB, auditoria e melhoria contínua dos mesmos. Os seus dados poderão ser recolhidos diretamente, designadamente, quando marca uma consulta/exame, quando vai a uma consulta/fazer um exame, quando utiliza as nossas Plataformas ou nos contacta.

A CSB preocupa-se especialmente com a proteção dos direitos dos menores, pelo que a recolha de dados pessoais de menores de 16 anos está dependente do consentimento dos respetivos pais/titulares das responsabilidades parentais, quando esteja em causa a oferta de serviços da sociedade da informação, p.ex., através do site www.clinicasantabarbara.pt

Para o efeito, aquando da recolha de dados de menores, será solicitado o email/contacto dos pais/titulares das responsabilidades parentais para confirmação de que consentem o tratamento de dados pessoais dos menores em causa, quando aplicável.

Categorias de dados trabalhados, meios e momentos de recolha

O momento inicial de recolha dos dados pessoais pode acontecer na deslocação física à CSB (em que é preenchida a ficha de cliente) ou na marcação de uma consulta via os vários canais disponíveis (email, contacto telefónico e Plataformas da CSB).

Dados obrigatórios (sendo o Cliente ou utilizador devidamente informado da obrigatoriedade da disponibilização destes dados para continuar o processo):

- Nome, data de nascimento, contacto telefónico e NIF
- Outros dados de contacto (endereço de email e endereço postal).

A CSB mantém uma ficha de cliente, da qual constam os seguintes dados:

- Número do cartão de Utente, nacionalidade, naturalidade, morada (localidade, código postal, país, distrito, concelho, freguesia), título profissional, centro de saúde, médico de família, estado civil, contacto alternativo (em caso do contacto principal estar indisponível), nome do cônjuge, nome do pai e nome da mãe (caso Cliente seja menor), dados relacionados com o seu seguro ou subsistema de saúde (quando pretenda que os serviços prestados pela CSB sejam abrangidos pelos mesmos).

No decurso da prestação de cuidados de saúde integrados, incluindo para a gestão dos sistemas e serviços da CSB, auditoria e melhoria contínua dos mesmos:

- Informações sobre a sua saúde; incluindo: motivo da consulta/ato, antecedentes pessoais (doenças de infância, imunizações, hábitos, história ginecológica, alergias, medicação, doenças ativas, doenças inativas), antecedentes familiares (situações mais frequentes – diabetes, HTA, TP, cancro, vivo/falecido, causa de morte), exame clínico, diagnósticos, exames complementares, encaminhamento, alertas (diabetes, hipertensão, etc.), grupo sanguíneo; medicamentos prescritos, identificação do prescritor.

Categorias especiais de dados pessoais

Ao prestar os nossos serviços, teremos necessariamente de recolher dados relativos à sua saúde e, em certos casos, dados genéticos e dados relativos à sua vida sexual ou orientação sexual. Tais informações são consideradas “categorias especiais de dados”, nos termos do RGPD, pelo que a CSB observará os requisitos de proteção mais exigentes dispostos no RGPD relativamente ao tratamento desses dados, quer relativamente aos fundamentos de licitude adequados ao seu tratamento, quer relativamente à implementação de medidas técnicas e organizativas adequadas à minimização do seu tratamento, à restrição do acesso a esses dados e à garantia da segurança dos mesmos.

Quais as finalidades da recolha dos seus dados pessoais?

Os dados pessoais dos Clientes são tratados para a prestação de cuidados de saúde integrados, incluindo para a gestão dos sistemas e serviços da CSB, auditoria e melhoria contínua dos mesmos.

O Cliente poderá, segundo o seu consentimento, disponibilizar os seus dados pessoais para outras finalidades, tais como: (i) para receber informações institucionais; (ii) para receber comunicações informativas e de marketing que sejam consideradas relevantes para a promoção da sua saúde e para a prestação de um serviço de excelência, através dos diferentes canais de comunicação, quer físicos quer digitais, nomeadamente notificações eletrónicas, carta, SMS ou email; (iii) para participar na realização de inquéritos de avaliação da satisfação dos clientes para nos ajudar a melhorar a prestação de serviços da CSB, bem como no âmbito do envio de reclamações e sugestões; (iv) para a participação em estudos e ensaios clínicos, caso o estudo/ensaio não possa ser realizado com dados anonimizados ou pseudonimizados.

Neste sentido, usamos os seus dados pessoais para os seguintes efeitos:

Para a prestação de cuidados de saúde integrados

Os dados relativos à sua saúde apenas serão tratados por ou sob a responsabilidade de profissionais obrigados a sigilo profissional, na estrita medida do necessário à prestação de cuidados de saúde, podendo ser comunicados aos seus familiares, apenas nas circunstâncias expressamente previstas na Lei em vigor.

Para cumprir as nossas obrigações legais

Nomeadamente, a obrigação de fornecer os seus dados pessoais à Administração Central do Sistema de Saúde ("ACSS") e a outras entidades públicas da área da saúde, bem como aos Tribunais, Solicitadores e aos órgãos de polícia criminal, no exercício dos seus poderes e atribuições

Para comunicar e gerir a nossa relação consigo

De forma a podermos prestar os nossos serviços, utilizamos as suas informações acima referidas para marcar consultas, marcar exames, diagnóstico médico, para fornecer cuidados de saúde, para a gestão dos sistemas e serviços das várias unidades de saúde CSB, auditoria e melhoria contínua.

Podemos contactá-lo por telefone fixo ou móvel, carta, email, SMS ou através das nossas Plataformas, por motivos administrativos ou operacionais, por exemplo, de modo a enviar-lhe a confirmação das suas marcações e dos seus pagamentos, para o informar sobre quaisquer alterações ou imprevistos acerca das suas marcações e informações relevantes que o médico considere necessário informar.

Dado que estas comunicações não são realizadas para efeitos de marketing, continuará a recebê-las ainda que tenha optado por não receber comunicações de marketing.

Também vamos utilizar os seus dados pessoais para responder aos seus pedidos, sugestões ou contactos, para melhorar os nossos serviços e a sua experiência enquanto cliente CSB.

Para o informar sobre notícias e ofertas do seu interesse

Podemos enviar-lhe comunicações de marketing, caso tenha indicado que as deseja receber.

Se aceitar receber comunicações de marketing, enviar-lhe-emos newsletters com notícias nossas, bem como comunicações informativas e de marketing que sejam considerados relevantes para a promoção da sua saúde e para a prestação de um serviço de excelência.

Tenha em atenção que não partilhamos os seus dados pessoais com outras empresas para efeitos de marketing, exceto se tivermos o seu consentimento para o efeito.

Caso não queira receber mais comunicações de marketing da nossa parte, basta clicar no link de cancelamento de subscrição na parte inferior de qualquer comunicação de marketing por parte da CSB

Para a realização de estudos e ensaios clínicos

Quando os estudos ou ensaios clínicos realizados na CSB, no âmbito dos quais as mesmas atuarão, por regra, como Subcontratantes (sendo os Responsáveis pelo Tratamento as promotoras do estudo/ensaio), não puderem ser realizados com recurso a dados anonimizados ou pseudonimizados, a CSB recolherá o seu consentimento para o tratamento dos seus dados pessoais nesse contexto.

Esse consentimento poderá ser pedido de forma mais abrangente, de forma a englobar diversas áreas de investigação, ou ser dado unicamente para determinados domínios ou projetos de investigação específicos. Em todo o caso, a CSB respeitará integralmente a decisão dos seus Clientes de se retirarem de um estudo ou ensaio, caso em que deixará de tratar os seus dados para esse efeito.

Para melhorar os nossos serviços e cumprir os nossos objetivos administrativos

Os objetivos de negócio para os quais usamos as suas informações incluem contabilidade, faturação e auditoria, nomeadamente para proteção de interesses vitais dos clientes ou para efeitos de certificação, avaliação e medição.

Também podemos recolher informações sobre como utiliza os nossos websites e aplicações, de modo a compreendermos os seus interesses. Podemos utilizar essas informações para adaptar o conteúdo e ofertas transmissíveis através do nosso website e, se tiver concordado em receber comunicações de marketing, poderemos enviar-lhe mensagens relevantes e por nós consideradas do seu interesse.

Com que fundamento tratamos os seus dados pessoais?

A CSB apenas tratará os seus dados pessoais quando esteja devidamente habilitada para o fazer. O RGPD exige, para que o tratamento de dados pessoais seja lícito, que exista um fundamento de licitude adequado para cada tratamento específico.

Assim, o tratamento de dados pessoais poderá ter por base o consentimento do titular dos dados, a execução de um contrato no qual o titular dos dados seja parte, o cumprimento de obrigações jurídicas a que o Responsável pelo Tratamento esteja sujeito, a defesa de interesses vitais do titular dos dados ou, ainda, a prossecução de interesses legítimos do Responsável pelo Tratamento (exceto se prevalecerem os interesses e liberdades fundamentais do titular).

Existem, todavia, requisitos acrescidos para o tratamento de categorias especiais de dados pessoais, como os dados relativos à sua saúde. O tratamento desses dados está previsto para efeitos de medicina preventiva, o diagnóstico médico, a prestação de cuidados ou tratamentos de saúde ou de gestão de sistemas e serviços de saúde. O tratamento desses dados ainda poderá ocorrer quando o tratamento seja necessário para a defesa de interesses vitais de um titular dos dados incapacitado de dar o seu consentimento, ou para a declaração, exercício ou defesa de um direito num processo judicial.

Assim, e em primeiro lugar, os tratamentos de dados necessários para a prestação de cuidados de saúde integrados aos Clientes, bem como para comunicar e gerir a relação da CSB com o mesmo, sempre terão fundamento na execução do contrato de prestação de serviços de saúde celebrado com os Clientes, ou na execução de diligências pré-contratuais a pedido dos Clientes (p.ex., quando esteja em causa a marcação de uma consulta ou ato clínico).

Adicionalmente, quando tais tratamentos implicarem o tratamento de dados relativos à saúde dos Clientes ou de outras categorias especiais de dados (tais como dados genéticos, dados relativos à vida sexual), aqueles basear-se-ão na necessidade do tratamento para efeitos de medicina preventiva, diagnóstico médico, prestação de cuidados ou tratamentos de saúde ou, quando o tratamento seja realizado por colaboradores da CSB que não sejam profissionais de saúde, para efeitos da gestão dos sistemas e serviços da CSB, sendo esses dados imprescindíveis.

Já quanto aos tratamentos de dados pessoais realizados pela CSB, para o informar sobre notícias e ofertas do seu interesse e para personalizar e melhorar a sua experiência enquanto cliente (através de inquéritos de avaliação da satisfação dos clientes), o fundamento de licitude no qual a CSB funda tais tratamentos será o consentimento dos titulares dos dados, ou seja, dos seus Clientes.

Assim também será quanto ao tratamento de dados dos Clientes CSB para efeitos da realização de estudos ou ensaios clínicos, sempre que tais estudos ou ensaios não possam ser realizados com recurso a dados anonimizados ou pseudonimizados.

Nos termos do RGPD, o titular dos dados tem o direito de retirar o seu consentimento a qualquer momento, não comprometendo a retirada do consentimento a licitude do tratamento efetuado com base no consentimento previamente dado.

Relativamente aos tratamentos dos seus dados efetuados pela CSB para melhorar os nossos serviços e cumprir os nossos objetivos administrativos e comerciais, o fundamento de licitude adequado será a prossecução de interesses legítimos da entidade Responsável pelo Tratamento. Tal implica que os titulares dos dados possam opor-se ao tratamento dos seus dados para os efeitos acima referidos, ao abrigo do RGPD, caso apresentem motivos válidos relacionados com a sua situação particular. Em tal eventualidade, o Responsável pelo Tratamento poderá apresentar razões imperiosas e legítimas que justifiquem a continuação desse tratamento, caso em que se reserva o direito de continuar a tratar os seus dados para esses efeitos, tal como nos casos em que tal tratamento seja necessário para efeitos de declaração, exercício ou defesa de um direito num processo judicial.

Embora o tratamento de dados naqueles âmbitos seja feito, tendencialmente, com recurso a informação anonimizada ou pseudonimizada, é possível que, em determinados casos, este envolva, inclusivamente, determinados dados relativos à saúde dos titulares, tais como o seu número de Cliente, os identificadores dos atos clínicos realizados, entre outros.

Nesses casos, o fundamento de licitude para o tratamento dessas categorias especiais de dados será a necessidade do tratamento para a gestão dos sistemas e serviços da CSB.

Já relativamente ao tratamento de dados realizado pela CSB no contexto do cumprimento de obrigações legais, o fundamento de licitude para a realização de tais tratamentos – na sua maioria, comunicações de dados para entidades externas – será a necessidade do tratamento para o efeito do cumprimento de obrigações jurídicas do Responsável pelo Tratamento. Caso tais tratamentos envolvam categorias especiais de dados pessoais – p.ex., informação relativa aos medicamentos prescritos a determinado Cliente da CSB -, os tratamentos fundar-se-ão na gestão de sistemas e serviços da CSB.

Quais as medidas técnicas e organizativas implementadas pela CSB

Para garantir a segurança dos dados do titular e a máxima confidencialidade, a CSB trata a informação que nos forneceu de forma absolutamente confidencial, de acordo com as suas políticas e procedimentos internos de segurança e confidencialidade, os quais são atualizados periodicamente consoante as necessidades, bem como de acordo com os termos e condições legalmente previstos.

Em função da natureza, do âmbito, do contexto e das finalidades do tratamento dos dados, bem como dos riscos decorrentes do tratamento para os direitos e liberdades do titular, a CSB compromete-se a aplicar, tanto no momento de definição dos meios de tratamento como no momento do próprio tratamento, as medidas técnicas e organizativas necessárias e adequadas à proteção dos dados do titular e ao cumprimento dos requisitos legais.

Compromete-se ainda a assegurar que, por defeito, só sejam tratados os dados que forem necessários para cada finalidade específica do tratamento e que esses dados não sejam disponibilizados sem intervenção humana a um número indeterminado de pessoas.

Em termos de medidas gerais, a CSB adota as seguintes:

- Auditorias regulares com vista a aferir a eficácia das medidas técnicas e organizativas implementadas;
- Sensibilização e formação do pessoal implicado nas operações de tratamento de dados;
- Mecanismos capazes de assegurar a confidencialidade, disponibilidade e resiliência permanentes dos sistemas de informação;
- Mecanismos que asseguram o restabelecimento dos sistemas de informação e o acesso aos dados pessoais de forma atempada no caso de um incidente físico ou técnico;

Que profissionais têm acesso aos seus dados?

No âmbito do tratamento dos seus dados pessoais, a CSB observa, a todo o tempo, os princípios da proteção de dados desde a conceção (*privacy by design*) e por defeito (*privacy by default*).

Tal compromisso implica, entre outros aspetos, que os seus dados pessoais serão de acesso limitado às pessoas que tenham necessidade de os conhecer no exercício das suas funções, na estrita medida do necessário para a prossecução das finalidades de tratamento que já elencámos acima

Assim, quanto aos dados relativos à sua saúde e outras categorias especiais de dados, estes serão, em observância da lei aplicável, de acesso reservado aos médicos e outros profissionais de saúde adstritos à prestação dos seus cuidados de saúde. Nos casos em que assim não seja, quando os seus dados de saúde e outras categorias especiais de dados forem acedidos por colaboradores não adstritos a obrigações de sigilo profissional, a CSB assegurara que tais colaboradores assumem obrigações de confidencialidade contratuais perante aquelas e, em certos casos, que tais pessoas apenas tratarão os seus dados sob a responsabilidade e supervisão de um profissional de saúde.

Entre os casos em que o pessoal administrativo tem acesso aos seus dados de saúde e outras categorias especiais de dados encontram-se o tratamento de dados para efeito de faturação dos serviços de saúde que lhe são prestados, para efeito da marcação de consultas e atos clínicos ou para gestão dos seus pedidos de informação ou reclamações.

Utilizadores das plataformas da CSB

A presente Política de Privacidade aplica-se integralmente a todos os utilizadores das Plataformas CSB, no entanto, dada a especificidade inerente à utilização das referidas plataformas digitais (designadamente, websites), importa regular algumas questões particularmente relevantes neste âmbito.

A CSB tem consciência de que o envio de informação pessoal é uma grande preocupação para os Clientes que utilizam a Internet. Assim, em todos os nossos websites os formulários de recolha de dados pessoais obrigam a sessões encriptadas do browser, e todos os dados pessoais que nos disponibiliza ficam armazenados de forma segura nos sistemas da CSB, sobre os quais são implementadas as melhores práticas de segurança técnicas e processuais visando a proteção dos seus dados pessoais.

Não obstante as medidas de segurança adotadas pela CSB, alertamos todos os nossos Clientes e utilizadores que aquando do acesso à Internet devem tomar regularmente precauções e adotar medidas adicionais de segurança neste âmbito, designadamente através da utilização de um computador e um browser atualizados, e acautelar o uso de computadores partilhados, bem como o acesso às suas contas pessoais de Cliente, não partilhando com terceiros os seus dados de acesso.

Através das nossas Plataformas, podemos disponibilizar ligações para websites de terceiros, os quais estão sujeitos a Políticas de Privacidade independentes. Tenha em consideração que a presente Política de Privacidade não se aplica a tais websites e que a CSB não é responsável pela recolha de informações suas por parte dos referidos terceiros através dos respetivos websites.

Qual o período de conservação dos seus dados pessoais?

O período de tempo durante o qual os dados são armazenados e conservados varia de acordo com a finalidade para a qual a informação é utilizada. Existem, no entanto, requisitos legais que obrigam a conservar os dados por um determinado período de tempo. Nessa medida, os dados relativos à sua saúde são conservados nos termos da legislação aplicável ao arquivo da documentação do setor da saúde.

Em que circunstâncias existe comunicação de dados a outras entidades?

A CSB recorre a outras entidades para a prestação de determinados serviços. Eventualmente essa prestação de serviços poderá implicar o acesso, por essas entidades, a dados pessoais dos seus Clientes.

Tal será o caso das entidades que prestem serviços de suporte dos sistemas informáticos da CSB, de certos fornecedores de equipamentos médicos, de prestadores de serviços clínicos em determinados Serviços, de empresas de consultoria e sociedades de advogados.

Assim, qualquer entidade subcontratante da entidade CSB tratará os dados pessoais dos nossos Clientes, em nosso nome e por nossa conta, na estrita obrigação de seguir as nossas instruções.

A CSB assegura que tais entidades subcontratantes oferecem garantias suficientes de execução de medidas técnicas e organizativas adequadas de forma que o tratamento satisfaça os requisitos da lei aplicável e assegure a segurança e proteção dos direitos dos titulares dos dados, nos termos do acordo de subcontratação celebrado com as referidas entidades subcontratantes.

A CSB poderá, ainda, transmitir, dados pessoais dos seus Clientes a entidades terceiras, quando julgue tais comunicações de dados como necessárias ou adequadas (i) à luz da lei aplicável, (ii) no cumprimento de obrigações jurídicas/ordens judiciais, (iii) para responder a solicitações de autoridades públicas ou governamentais ou (iv) para efeito de certificação, avaliação e medição dos níveis de serviço da CSB.

Neste sentido, a CSB poderá transmitir os seus dados pessoais à Entidade Reguladora da Saúde, à ACSS, aos Serviços Partilhados do Ministério da Saúde (SPMS), ao INFARMED ou às Administrações Regionais de Saúde, aos Tribunais, Solicitadores, aos órgãos de polícia criminal ou ao Ministério Público quando seja notificada para o efeito ou quando tal seja necessário para o cumprimento de obrigações jurídicas, conforme legalmente previsto.

Em qualquer das situações acima mencionadas, a CSB compromete-se a tomar todas as medidas razoáveis para garantir a proteção efetiva dos dados pessoais que trata.

Os seus dados são objeto de transferências internacionais?

A CSB não efetua transferência de dados pessoais para países terceiros. Na eventualidade de ter que efetuar tal transferência, a CSB implementará as medidas necessárias e adequadas à luz da lei aplicável para assegurar a proteção dos dados pessoais objeto de uma tal transferência, cumprindo rigorosamente as disposições legais relativamente aos requisitos aplicáveis a tais transferências, nomeadamente informando os Clientes neste âmbito.

Direitos dos titulares dos dados

Direito à informação

Informações facultadas ao titular pela CSB (quando os dados são recolhidos diretamente junto do titular dos dados):

- A identidade e os contactos da CSB, o Dir. Clínico e, se aplicável, do seu representante;
- As finalidades do tratamento a que os dados pessoais se destinam, bem como, se aplicável, o fundamento jurídico para o tratamento;
- Se o tratamento dos dados se basear em interesses legítimos da CSB ou de um terceiro, indicação de tais interesses;
- Prazo de conservação dos dados pessoais;
- O direito de solicitar à CSB o acesso aos dados pessoais, bem como a sua retificação, apagamento ou limitação, o direito de se opor ao tratamento e o direito à portabilidade dos dados;
- Se o tratamento dos dados se basear no consentimento do titular, o direito de retirar o consentimento em qualquer altura, sem comprometer a licitude do tratamento efetuado com base no consentimento previamente dado;
- O direito de apresentar reclamação junto da CNPD ou outra autoridade de controlo;
- Indicação se a comunicação de dados pessoais constitui ou não uma obrigação legal ou contratual, ou um requisito necessário para celebrar um contrato, bem como se o titular está obrigado a fornecer os dados pessoais e as eventuais consequências de não fornecer esses dados;
- Caso a CSB pretenda proceder ao tratamento posterior dos dados do titular para um fim que não seja aquele para o qual os dados foram recolhidos, antes desse tratamento a CSB fornecerá ao titular informações sobre esse fim e quaisquer outras informações pertinentes, nos termos acima referidos.

A informação suprarreferida é prestada por escrito (incluindo por meios eletrónicos) pela CSB ao titular previamente ao tratamento de dados pessoais em causa. Nos termos da lei aplicável, a CSB não tem a obrigação de prestar ao titular estas informações quando e na medida em que o titular já tiver conhecimento das mesmas.

As informações são fornecidas pela CSB a título gratuito.

Direito de acesso aos dados pessoais

Nos termos da legislação aplicável, o titular dos dados poderá solicitar, a todo o tempo, o acesso aos dados pessoais que lhe digam respeito, bem como a sua retificação, eliminação ou limitação do seu tratamento, a portabilidade dos seus dados, ou opor-se ao seu tratamento, diretamente, através do email dpo@jclnicasantabarbara.pt ou de carta endereçada ao Dir. Clínico da Clínica Santa Bárbara ou mediante contacto presencial com a CSB.

No caso de dados relativos à sua saúde, o direito de acesso à informação de saúde por parte do titular (ou de terceiros com o seu consentimento ou nos termos da lei) pode ser exercido diretamente, ou por intermédio de um médico se o titular da informação o solicitar, mediante pedido escrito dirigido a dpo@clinicasantabarbara.pt.

Poderá obter a confirmação dos dados pessoais que lhe dizem respeito que são objeto de tratamento, bem como o acesso aos mesmos, sendo-lhe disponibilizada, caso requeira e não existam restrições legais, uma cópia dos dados objeto de tratamento por parte da CSB.

Neste sentido, o direito de acesso aos seus dados pessoais não é irrestrito, podendo a CSB recusar fornecer-lhe uma cópia dos seus dados pessoais em fase de tratamento se o seu acesso prejudicar os direitos e as liberdades de terceiros, inclusivamente da CSB. Por essa via poderiam, por exemplo, ser revelados segredos de negócio da CSB ou serem violados direitos de propriedade intelectual da mesma.

Nesses casos, a entidade Responsável pelo Tratamento poderá solicitar-lhe que especifique a que informações ou a que atividades de tratamento se refere o seu pedido de acesso, para que aquela possa prestar-lhe as informações solicitadas nos termos da lei. É-lhe ainda garantido o direito de, através dos meios acima referidos, retirar o seu consentimento para o tratamento dos seus dados pessoais relativamente aos quais o consentimento constitui o fundamento de legitimidade.

Direito de retificação dos dados pessoais

O titular dos dados tem o direito de solicitar, a qualquer momento, a retificação dos seus dados pessoais e, bem como o direito a que os seus dados pessoais incompletos sejam completados.

Em caso de retificação dos dados, a CSB comunica a cada destinatário a quem os dados tenham sido transmitidos a respetiva retificação, salvo se tal comunicação se revelar impossível ou implicar um esforço desproporcionado para a CSB.

Para o efeito, tem o direito de retirar o seu consentimento a qualquer momento, o que não invalida, no entanto, o tratamento efetuado até essa data com base no consentimento previamente dado. Relativamente ao tratamento dos seus dados para efeito do envio de comunicações de marketing direto, a CSB disponibilizar-lhe-á um link, em cada uma dessas comunicações, através do qual poderá retirar o seu consentimento.

Direito ao apagamento dos dados pessoais (direito a ser esquecido)

O cliente ou utilizador pode ainda, a qualquer momento, solicitar a eliminação dos seus dados pessoais, nos termos legalmente previstos. Ainda assim, a entidade Responsável pelo Tratamento em cada caso poderá recusar-se a dar provimento ao seu pedido de apagamento dos dados em determinadas situações, nomeadamente quando (i) os dados ainda sejam para a finalidade que motivou a sua recolha, quando (ii) o tratamento não tenha por base o consentimento nem a prossecução de interesses legítimos do Dir. Clínico da CSB, quando (iii) os dados não tenham sido tratados ilicitamente, quando (iv) o tratamento seja necessário para efeitos de declaração, exercício ou defesa de um direito num processo judicial ou, ainda, quando (v) os dados sejam necessários para efeitos de medicina preventiva, para o diagnóstico médico, a prestação de cuidados ou tratamentos de saúde ou a gestão de sistemas e serviços de saúde.

Direito à limitação do tratamento dos dados pessoais

O Cliente tem também o direito de, nos termos da legislação aplicável, solicitar a limitação do tratamento, de se opor ao tratamento ou de obter a portabilidade dos seus dados, verificadas as condições legalmente previstas. Para o efeito, deverá submeter um pedido para os contactos acima referidos.

Direito de portabilidade dos dados pessoais

O titular dos dados tem o direito de receber os dados pessoais que lhe digam respeito e que tenha fornecido à CSB, num formato estruturado, de uso corrente e de leitura automática, e o direito de transmitir esses dados a outro responsável pelo tratamento, se:

- O tratamento se basear no consentimento ou num contrato de que o titular é parte;

e

- O tratamento for realizado por meios automatizados.

O direito de portabilidade não inclui dados inferidos nem dados derivados, i.e., dados pessoais que sejam gerados pela CSB como consequência ou resultado da análise dos dados objeto de tratamento.

O titular dos dados tem o direito a que os dados pessoais sejam transmitidos diretamente entre os responsáveis pelo tratamento, sempre que tal seja tecnicamente possível.

Direito de oposição ao tratamento

O titular tem o direito de se opor a qualquer momento, por motivos relacionados com a sua situação particular, ao tratamento dos dados pessoais que lhe digam respeito e que assente no exercício de interesses legítimos prosseguidos pela CSB ou quando o tratamento for efetuado para fins que não sejam aqueles para os quais os dados pessoais foram recolhidos.

A CSB cessará o tratamento dos dados do titular, salvo se apresentar razões imperiosas e legítimas para esse tratamento que prevaleçam sobre os interesses, direitos e liberdades do titular, ou para efeitos de declaração, exercício ou defesa de um direito da CSB num processo judicial.

Quando os dados do titular forem tratados para efeitos de comercialização direta (marketing), o titular dos dados tem o direito de se opor a qualquer momento ao tratamento dos dados que lhe digam respeito para os efeitos da referida comercialização. Caso o titular se oponha ao tratamento dos seus dados para efeitos de comercialização direta, a CSB cessa o tratamento dos dados para esse fim.

O titular dos dados tem ainda o direito de não ficar sujeito a nenhuma decisão tomada exclusivamente com base no tratamento automatizado, que produza efeitos na sua esfera jurídica ou que o afete significativamente de forma similar, salvo se a decisão:

- for necessária para a celebração ou a execução de um contrato entre o titular e a CSB;
- for autorizada por legislação a que a CSB estiver sujeita; ou
- for baseada no consentimento explícito do titular dos dados.

Procedimentos com vista ao exercício dos direitos pelo titular

O direito de acesso, o direito de retificação, o direito de apagamento, o direito à limitação, o direito de portabilidade e o direito à oposição podem ser exercidos pelo titular dos dados mediante contacto com a CSB e preenchendo o respetivo formulário.

A CSB dará resposta por escrito (incluindo por meios eletrónicos) ao pedido do titular no prazo máximo de um mês a contar da receção do pedido, salvo em casos de especial complexidade, em que esse prazo pode ser prorrogado até dois meses.

Se os pedidos apresentados pelo titular forem manifestamente infundados ou excessivos, nomeadamente devido ao seu carácter repetitivo, a CSB reserva-se o direito de cobrar custos administrativos ou recusar-se a dar seguimento ao pedido.

Violação de dados pessoais

Em caso de violação de dados e na medida em que tal violação seja suscetível de implicar um elevado risco para os direitos e liberdades do titular, a CSB compromete-se a comunicar a violação de dados pessoais à CNPD no prazo de 72 horas a contar do conhecimento do incidente.

Reclamações

Sem prejuízo de qualquer outra via de recurso administrativo ou judicial, o titular dos dados tem direito a apresentar uma reclamação à CNPD ou a outra autoridade de controlo competente nos termos da lei, caso considere que os seus dados não estão a ser objeto de tratamento legítimo por parte da CSB, nos termos da legislação aplicável e da presente Política.

Final

Contacte-nos

Poderá contactar o Dir. Clínico da Clínica Santa Bárbara para mais informações sobre o tratamento dos seus dados pessoais, bem como quaisquer questões relacionadas com o exercício dos direitos que lhe são atribuídos pela legislação aplicável e, em especial, os referidos na presente Política de Privacidade, através dos seguintes contactos:

email: dpo@clnicasantabarbara.pt

Morada: Av. da Imaculada Conceição, nº 213, 4700-034 Braga

Como pode ficar a conhecer qualquer alteração à nossa política de privacidade?

Data da última atualização 30 de maio de 2018

A CSB reserva-se o direito de, a qualquer momento, proceder a modificações ou atualizações à presente Política de Privacidade, sendo essas alterações devidamente atualizadas nas nossas Plataformas. Sugerimos que as consulte regularmente para estar a par de eventuais alterações.